

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	65
1. INTRODUÇÃO.....	65
2. CONCEITO DE PROCESSO.....	65
3. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	66
4. FASES DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DO PROCESSO.....	66
4.1. Praxismo.....	66
4.2. Processualismo.....	66
4.3. Instrumentalismo.....	67
4.4. Processo à luz da Constituição (neoprocessualismo, formalismo valorativo, pós-instrumentalismo ou positivismo reconstruído).....	68
5. PROCESSO E CONSTITUIÇÃO.....	70
CAPÍTULO II - NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	71
1. INTRODUÇÃO.....	71
2. PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL.....	72
2.1. Princípio do devido processo legal.....	72
2.1.1. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial.....	72
2.1.2. Devido processo legal e relações entre particulares.....	74
2.2. Princípio do contraditório.....	74
2.2.1. Dimensão formal do princípio do contraditório.....	75
2.2.2. Dimensão substancial (ou material) do princípio do contraditório.....	75
2.2.2.1. Impossibilidade de se proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida (art. 9º do CPC).....	75
2.2.2.2. Impossibilidade de se decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar (art. 10 do CPC).....	76
2.3. Princípio da ampla defesa.....	77
2.4. Princípio da razoável duração do processo.....	78
2.5. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	78

2.5.1.	Princípio da publicidade e negócio jurídico processual.....	79
2.5.2.	Princípio da publicidade e arbitragem	80
2.6.	Princípio da motivação das decisões judiciais	80
2.7.	Princípio da isonomia.....	81
2.8.	Princípio da boa-fé processual	82
2.9.	Princípio da cooperação	84
2.9.1.	Dever de informação (esclarecimento ou consulta).....	85
2.9.2.	Dever de prevenção.....	85
2.9.3.	Dever de lealdade	86
2.9.4.	Dever de proteção.....	86
2.10.	Princípio da adequação (adaptabilidade ou flexibilização) do procedimento.....	86
2.11.	Princípio da primazia do julgamento do mérito	88
2.12.	Princípio da inafastabilidade da jurisdição (acesso à justiça)	88
2.13.	Princípio do juízo natural.....	92
3.	ORDEM CRONOLÓGICA DE CONCLUSÃO.....	93

CAPÍTULO III - JURISDIÇÃO..... 97

1.	INTRODUÇÃO.....	97
2.	CONCEITO.....	97
3.	OBJETIVOS DA JURISDIÇÃO	99
4.	CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO.....	99
4.1.	Substitutividade	99
4.2.	Inércia	100
4.3.	Lide.....	101
4.4.	Manifestação de poder	101
4.5.	Atividade criativa	101
4.6.	Definitividade.....	102
4.7.	Decisão proferida por terceiro imparcial	102
5.	PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO	102
5.1.	Princípio da investidura	102
5.2.	Princípio da territorialidade (ou aderência ao território).....	103
5.3.	Princípio da indelegabilidade	103
5.4.	Princípio da inevitabilidade.....	104
5.5.	Princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário.....	105
5.6.	Princípio do juízo natural.....	105
6.	JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	105
6.1.	Jurisdição contenciosa	105
6.2.	Jurisdição voluntária	105

7.	MEIOS ALTERNATIVOS (OU ADEQUADOS) DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	107
7.1.	Introdução	107
7.1.1.	Autotutela.....	108
7.1.2.	Autocomposição	108
7.1.3.	Mediação.....	108
7.1.4.	Conciliação.....	109
7.1.5.	Arbitragem	110
7.1.5.1.	Introdução.....	110
7.1.5.2.	Natureza jurídica da arbitragem e teorias explicativas.....	111
7.1.5.3.	Natureza jurídica da arbitragem para o direito brasileiro.....	112
7.1.5.4.	Convenção de arbitragem.....	113
7.1.5.5.	Cláusula compromissória vazia e cláusula compromissória cheia.....	113
7.1.5.6.	Efeitos positivo e negativo da convenção de arbitragem	114
7.1.6.	<i>Dispute resolution board</i>	115
8.	DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	116
8.1.	Introdução	116
8.2.	Competência concorrente e competência exclusiva.....	116
8.2.1.	Competência concorrente (ou cumulativa).....	116
8.2.2.	Competência exclusiva.....	118
8.3.	Sentença estrangeira versando sobre causa de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.....	119
9.	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	119
9.1.	Introdução	119
9.2.	Auxílio direto	119
9.2.1.	Auxílio direto ativo.....	120
9.2.2.	Auxílio direto passivo.....	120
9.3.	Carta rogatória.....	121

CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA..... 123

1.	CONCEITO DE COMPETÊNCIA E ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO	123
2.	PRINCÍPIO DA <i>KOMPETENZ-KOMPETENZ</i> (COMPETÊNCIA DA COMPETÊNCIA)	124
3.	PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO (<i>PERPETUATIO JURISDICTIONIS</i>).....	124
3.1.	Introdução	124
3.2.	Perpetuação da jurisdição e desmembramento de comarca	126
3.3.	Perpetuação da jurisdição e alteração da competência após a sentença	126
3.4.	Perpetuação da jurisdição e princípio do juízo imediato	126
4.	COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA.....	127
4.1.	Tabela para fixação do conteúdo.....	128

5.	COMPETÊNCIA DE FORO E COMPETÊNCIA DE JUÍZO.....	129
6.	COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA.....	129
7.	CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA.....	130
7.1.	Critério objetivo.....	130
7.2.	Critério funcional.....	131
7.3.	Critério territorial.....	133
8.	FLUXOGRAMA DOS CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA.....	134
9.	COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA E RECURSAL (OU DERIVADA).....	134
10.	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	135
10.1.	Aspectos gerais do art. 109, I, da CF.....	135
10.2.	Empresas públicas e sociedades de economia mista e a competência da Justiça Federal.....	137
10.3.	Fundações públicas federais e a competência da Justiça Federal.....	137
10.4.	Ordem dos Advogados do Brasil e a competência da Justiça Federal.....	138
10.5.	Competência delegada do art. 109, §§ 3º e 4º, da CF.....	138
10.5.1.	Competência delegada e execuções fiscais.....	139
10.5.2.	Competência delegada e ações civis públicas.....	140
10.6.	Competência em razão da atuação do Ministério Público Federal.....	140
10.7.	Competência para julgar ações propostas contra o Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.....	141
10.8.	Procedimento de remessa dos autos à Justiça Federal.....	141
11.	IDENTIFICAÇÃO DO JUÍZO COMPETENTE.....	142
12.	FORO COMUM E FOROS ESPECIAIS DE COMPETÊNCIA.....	142
12.1.	Foro comum.....	142
12.2.	Foros especiais.....	142
13.	MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA RELATIVA.....	145
13.1.	Introdução.....	145
13.2.	Critério convencional.....	146
13.2.1.	Foro de eleição.....	146
13.2.1.1.	Ineficácia da cláusula de eleição de foro.....	146
13.2.2.	Não alegação de incompetência relativa.....	147
13.3.	Critério legal.....	147
13.3.1.	Conexão.....	148
13.3.1.1.	Hipóteses de conexão.....	148
13.3.1.2.	Teoria materialista da conexão.....	149
13.3.1.3.	Reunião dos processos em razão da conexão.....	150
13.3.1.4.	Classificação da conexão.....	151
13.3.1.5.	Conexão e incompetência relativa.....	151
13.3.2.	Continência.....	152

13.4. Prevenção	152
14. DECISÃO SOBRE A COMPETÊNCIA E SISTEMA RECURSAL	153
15. CONFLITO DE COMPETÊNCIA	153

CAPÍTULO V - AÇÃO 155

1. INTRODUÇÃO	155
2. TEORIAS EXPLICATIVAS DO DIREITO DE AÇÃO	155
2.1. Teoria imanentista (ou civilista)	155
2.2. Teoria da ação como direito autônomo: polêmica entre Windscheid e Muther	156
2.3. Teoria da ação como direito autônomo e concreto	156
2.4. Teoria da ação como direito abstrato	157
2.5. Teoria da ação como direito potestativo	157
2.6. Teoria eclética da ação	158
2.7. O direito de ação no novo Código de Processo Civil	159
3. CONDIÇÕES DA AÇÃO	160
4. ELEMENTOS DA AÇÃO	160
5. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	161
5.1. Ações condenatórias	162
5.2. Ações constitutivas	162
5.3. Ações meramente declaratórias	162
5.4. Ações executivas <i>lato sensu</i> e ações mandamentais (teoria quinária)	163
5.5. Prescrição e decadência à luz da classificação das ações	164
6. AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL	164

CAPÍTULO VI - PROCESSO 167

1. INTRODUÇÃO	167
2. PROCESSO E TUTELA DO DIREITO	168
2.1. Tipologia das tutelas jurídicas	168
2.1.1. Tutela definitiva	168
2.1.2. Tutela provisória	168
2.2. Fluxograma	168
3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	169
3.1. Conceito de pressupostos processuais	169
3.2. Pressupostos processuais e condições da ação	169
3.3. Classificação dos pressupostos processuais	170
3.3.1. Pressupostos processuais de existência	170
3.3.1.1. Pressupostos processuais de existência subjetivos	170

3.3.1.1.1.	Capacidade de ser parte.....	170
3.3.1.1.2.	Órgão investido de jurisdição.....	171
3.3.1.2.	Pressuposto processual de existência objetivo.....	171
3.3.2.	Pressupostos processuais de validade.....	171
3.3.2.1.	Pressupostos processuais de validade subjetivos.....	171
3.3.2.1.1.	Capacidade de estar em juízo, capacidade postulatória e legitimidade “ad causam”.....	171
3.3.2.1.2.	Juiz competente e imparcial.....	173
3.3.2.2.	Pressupostos processuais de validade objetivos.....	173
3.3.2.2.1.	Pressupostos processuais de validade objetivos intrínsecos.....	173
3.3.2.2.2.	Pressupostos processuais de validade objetivos extrínsecos.....	173
3.4.	Legitimidade para a causa (<i>legitimatío ad causam</i>).....	174
3.4.1.	Classificação da legitimidade.....	174
3.4.1.1.	Legitimação ordinária.....	174
3.4.1.2.	Legitimação extraordinária (ou substituição processual).....	174
3.4.1.3.	Legitimação exclusiva.....	175
3.4.1.4.	Legitimação concorrente.....	176
3.4.2.	Legitimação e negócio jurídico processual.....	176
3.4.3.	Legitimidade para a causa (<i>legitimatío ad causam</i>) X legitimidade para o processo (<i>legitimatío ad processum</i>).....	178
3.5.	Interesse de agir (interesse processual).....	178
3.5.1.	O chamado “Interesse-adequação”.....	179
3.5.2.	Perda superveniente do objeto.....	180
3.6.	Teoria da asserção.....	180
3.7.	Fluxograma.....	182

CAPÍTULO VII – PARTES E SEUS PROCURADORES..... 183

1.	CONCEITO DE PARTE.....	183
2.	CURADOR ESPECIAL.....	184
2.1.	Conceito e generalidade.....	184
2.2.	Hipóteses legais que impõem a nomeação de curador especial.....	185
2.2.1.	Incapaz sem representante legal ou com interesses colidentes com os do seu representante, enquanto durar a incapacidade (art. 72, I, do CPC).....	185
2.2.2.	Réu preso revel, réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado (art. 72, II, do CPC).....	185
2.3.	Natureza e poderes do curador especial.....	186
2.4.	Prazo de atuação.....	187
2.5.	Curadoria especial e atuação do Ministério Público.....	187

2.6.	Consequências da não nomeação de curador especial	187
3.	CAPACIDADE PROCESSUAL ESPECIAL DAS PESSOAS CASADAS	188
3.1.	Introdução	188
3.2.	Participação do cônjuge no polo ativo	188
3.2.1.	Ações que versem sobre direito real imobiliário.....	188
3.2.1.1.	Ausência de consentimento do cônjuge e suprimento judicial.....	189
3.2.1.2.	Ausência de consentimento do cônjuge (ou suprimento judicial) e invalidade do processo	190
3.2.1.3.	Capacidade processual especial na união estável	191
3.3.	Participação do cônjuge no polo passivo	191
3.4.	Capacidade especial da pessoa casada nas ações possessórias	193
4.	CAPACIDADE PROCESSUAL DA PESSOA JURÍDICA.....	193
5.	INCAPACIDADE PROCESSUAL OU IRREGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO (OU PRE- SENTAÇÃO) DA PARTE.....	195
6.	DOS PROCURADORES.....	196
6.1.	Capacidade postulatória.....	196
6.2.	Procuração.....	197
6.3.	Postulação em causa própria	198
6.4.	Vista e carga dos autos por advogado	198
7.	DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....	199
7.1.	Introdução	199
7.2.	Dos deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo	199
7.2.1.	Sanção decorrente da violação aos incisos IV e VI do art. 77 do CPC	203
7.3.	Responsabilidade das partes por dano processual.....	204
7.3.1.	Litigância de má-fé.....	204
7.3.1.1.	Consequências da condenação por litigância de má-fé.....	207
8.	SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	208
8.1.	Sucessão das partes.....	208
8.1.1.	Sucessão <i>causa mortis</i>	209
8.1.2.	Sucessão entre vivos: alienação da coisa ou do direito litigioso	209
8.2.	Sucessão dos procuradores	210
CAPÍTULO VIII – DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS.....		211
1.	INTRODUÇÃO	211
2.	DESPESAS PROCESSUAIS.....	211
3.	DISPENSA DO PAGAMENTO.....	212

4.	DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL.....	213
5.	CAUÇÃO (CAUTIO PRO EXPENSIS).....	214
6.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	214
6.1.	Fato gerador dos honorários sucumbenciais, critérios e parâmetros para fixação	215
6.2.	Honorários advocatícios nas relações jurídicas processuais envolvendo apenas particulares.....	216
6.3.	Honorários advocatícios quando a Fazenda Pública for parte.....	218
6.4.	Honorários advocatícios no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública ...	220
6.5.	Honorários advocatícios na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa.....	222
6.6.	Honorários de sucumbência no âmbito recursal.....	222
6.6.1.	Honorários advocatícios recursais e ausência de contrarrazões ou contraminuta.....	222
6.6.2.	Honorários advocatícios recursais e não conhecimento do recurso.....	223
6.6.3.	Honorários advocatícios recursais e direito intertemporal.....	223
6.7.	Honorários advocatícios nos embargos à execução e cumprimento de sentença.....	223
6.8.	Titularidade, natureza e efeitos dos honorários advocatícios.....	224
7.	SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.....	225
8.	DESPESAS PROCESSUAIS NOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	226
9.	DESPESAS PROCESSUAIS QUANDO HOVER DESISTÊNCIA, RENÚNCIA OU RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.....	227
10.	CONSEQUÊNCIAS DA CONDENAÇÃO PARA A PARTE E EVENTUAL ASSISTENTE.....	227
11.	GRATUIDADE DE JUSTIÇA.....	228
11.1.	Conceito e generalidades.....	228
11.2.	Conteúdo da gratuidade de justiça.....	229
11.3.	Pressuposto para o deferimento da gratuidade de justiça.....	230
11.4.	Procedimento.....	230

CAPÍTULO IX - LITISCONSÓRCIO..... 233

1.	CONCEITO E FONTES DO LITISCONSÓRCIO.....	233
2.	LITISCONSÓRCIO MULTITUDINÁRIO.....	234
3.	CLASSIFICAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO.....	236
3.1.	Quanto à posição processual.....	236
3.2.	Quanto ao momento da formação do litisconsórcio.....	236
3.3.	Quanto à uniformidade da solução do litígio.....	236
3.3.1.	Tratamento dado aos litisconsortes simples e unitário.....	237
3.4.	Quanto à obrigatoriedade da formação do litisconsórcio.....	238
4.	COMBINAÇÕES ENTRE OS REGIMES DE LITISCONSÓRCIO.....	239
4.1.	Litisconsórcio necessário.....	239

4.2. Litisconsórcio facultativo	239
5. CONSEQUÊNCIAS DA NÃO FORMAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO	240
6. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO ATIVO	241
7. MODALIDADES ESPECIAIS DE LITISCONSÓRCIO.....	243
8. LITISCONSÓRCIO ENTRE MINISTÉRIOS PÚBLICOS	244
9. PRAZOS PROCESSUAIS.....	245
10. DESPESAS PROCESSUAIS E GRATUIDADE DE JUSTIÇA	246
11. ANDAMENTO DO PROCESSO E INTIMAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	246

CAPÍTULO X - INTERVENÇÃO DE TERCEIROS 247

1. INTRODUÇÃO.....	247
2. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	247
3. AMPLIAÇÃO DA DEMANDA E CONTROLE JUDICIAL	248
4. MODALIDADES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	248
4.1. Assistência.....	248
4.1.1. Assistência simples	249
4.1.1.1. Poderes do assistente simples.....	249
4.1.1.2. Procedimento	251
4.1.1.3. Eficácia da decisão na assistência simples.....	251
4.1.2. Assistência litisconsorcial.....	252
4.1.2.1. Eficácia da decisão em relação ao assistente litisconsorcial.....	253
4.2. Denúnciação da lide.....	253
4.2.1. Conceito	253
4.2.2. Hipóteses de cabimento.....	254
4.2.2.1. Evicção	254
4.2.2.2. Direito de regresso instituído por lei ou por negócio jurídico.....	254
4.2.3. Procedimento e posição do denunciado no processo.....	255
4.2.4. Denúnciação da lide como demanda regressiva eventual	256
4.2.5. Denúnciação da lide como demanda antecipada e facultativa.....	256
4.2.6. Denúnciação da lide sucessiva.....	257
4.2.7. Denúnciação da lide <i>per saltum</i>	257
4.2.8. Denúnciação da lide nas ações envolvendo relações de consumo	258
4.2.9. Denúnciação da lide promovida pela Fazenda Pública	259
4.2.10. Condenação direta e solidária do denunciado	260
4.2.11. Denúnciação da lide e ônus de sucumbência.....	261
4.3. Chamamento ao processo.....	262
4.3.1. Conceito e características.....	262
4.3.2. Hipóteses de cabimento.....	262

4.3.2.1.	Chamamento feito pelo fiador ao afiançado	262
4.3.2.2.	Chamamento feito pelo fiador aos demais fiadores.....	263
4.3.2.3.	Chamamento feito pelo devedor aos demais devedores soli- dários	263
4.3.3.	Procedimento	263
4.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	264
4.4.1.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	264
4.4.2.	Pressupostos para a desconsideração da personalidade jurídica.....	265
4.4.3.	Modalidades de desconsideração da personalidade jurídica	266
4.4.4.	A desconsideração da personalidade jurídica como modalidade de inter- venção de terceiros: aspectos processuais	267
4.4.4.1.	Cabimento.....	267
4.4.4.2.	Competência.....	267
4.4.4.3.	Legitimidade.....	267
4.4.4.4.	Momento para se requerer a desconsideração da personalidade jurídica.....	268
4.4.4.5.	Procedimento do incidente	269
4.4.4.6.	Recurso.....	269
4.4.4.7.	Tutela provisória no pedido de desconsideração da personalidade jurídica	270
4.4.4.8.	Honorários advocatícios	270
4.4.4.9.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica nos Juizados Especiais Cíveis	272
4.5.	<i>Amicus curiae</i>	272
4.5.1.	Introdução.....	272
4.5.2.	Conceito.....	273
4.5.3.	Classificação.....	274
4.5.4.	Requisitos.....	274
4.5.5.	Natureza do <i>amicus curiae</i>	275
4.5.6.	Procedimento	276
4.5.7.	Recurso.....	277
4.6.	Intervenção especial da Fazenda Pública (intervenção anômala ou anódina).....	278
4.7.	Intervenções atípicas e despolarização do processo.....	280

CAPÍTULO XI - JUIZ 283

1.	INTRODUÇÃO.....	283
2.	GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	283
3.	VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	284
4.	PODERES E DEVERES DO JUIZ.....	284
4.1.	Condução do processo.....	284

4.1.1.	Assegurar às partes igualdade de tratamento (art. 139, I, do CPC).....	284
4.1.2.	Velar pela duração razoável do processo (art. 139, II, do CPC).....	285
4.1.3.	Prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias (art. 139, III, do CPC).....	285
4.1.4.	Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV, do CPC).....	285
4.1.5.	Promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais (art. 139, V, do CPC).....	287
4.1.6.	Dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito (art. 139, VI, do CPC).....	288
4.1.7.	Exercer o poder de polícia, requisitando, quando necessário, força policial, além da segurança interna dos fóruns e tribunais (art. 139, VII, do CPC).....	288
4.1.8.	Determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso (art. 139, VIII, do CPC).....	288
4.1.9.	Determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais (art. 139, IX, do CPC).....	289
4.1.10.	Quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficial o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e o art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva (art. 139, X, do CPC).....	290
4.2.	Dever de julgamento e proibição do <i>non liquet</i>	290
4.3.	Julgamento por equidade.....	291
4.4.	Respeito aos limites da lide (princípio da demanda).....	292
5.	RESPONSABILIDADE DO JUIZ.....	292
6.	IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO JUIZ.....	293
6.1.	Considerações iniciais.....	293
6.2.	Hipóteses de impedimento.....	294
6.3.	Hipóteses de suspeição.....	295
7.	INCIDENTE DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO JUIZ.....	296
7.1.	Legitimidade.....	296
7.2.	Competência.....	296
7.3.	Procedimento.....	296
7.4.	Fluxograma.....	297
8.	IMPEDIMENTO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	298

CAPÍTULO XII - AUXILIARES DA JUSTIÇA..... 299

1. INTRODUÇÃO.....	299
2. CLASSIFICAÇÃO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	300
2.1. Auxiliares permanentes da justiça.....	300
2.2. Auxiliares eventuais da justiça.....	301
2.3. Conciliadores e mediadores.....	303

CAPÍTULO XIII - MINISTÉRIO PÚBLICO 307

1. PERFIL CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	307
2. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS.....	308
2.1. Unidade.....	308
2.2. Indivisibilidade.....	308
2.3. Independência Funcional.....	308
3. GARANTIAS INSTITUCIONAIS.....	308
3.1. Autonomia funcional.....	308
3.2. Autonomia administrativa.....	308
3.3. Autonomia financeira.....	309
4. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS MEMBROS.....	309
4.1. Vitaliciedade.....	309
4.2. Inamovibilidade.....	309
4.3. Irredutibilidade de subsídio.....	309
5. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	309
6. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL.....	309
6.1. Atuação do Ministério Público como parte.....	310
6.2. Atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	312
6.2.1. Interesse público ou social (art. 178, I, do CPC).....	312
6.2.2. Interesse de incapaz (art. 178, II, do CPC).....	312
6.2.3. Litígios coletivos pela posse da terra rural ou urbana (art. 178, III, do CPC).....	313
6.2.4. Outras hipóteses de intervenção do Ministério Público.....	313
7. ASPECTOS PROCESSUAIS.....	313
8. RESPONSABILIDADE.....	314

CAPÍTULO XIV - ADVOCACIA PÚBLICA 315

1. INTRODUÇÃO.....	315
2. PRAZO EM DOBRO.....	315
3. INTIMAÇÃO.....	316
4. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	316

CAPÍTULO XV – DEFENSORIA PÚBLICA.....	317
1. INTRODUÇÃO.....	317
2. ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	317
3. PRAZO EM DOBRO.....	318
4. INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	318
5. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PATROCINADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA.....	319
6. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	319
7. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	319
8. DEFENSORIA PÚBLICA COMO <i>CUSTOS VULNERABILIS</i>	320
CAPÍTULO XVI – ATOS PROCESSUAIS.....	323
1. CONCEITO.....	323
2. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS A PARTIR DA TEORIA DOS FATOS JURÍDICOS.....	323
2.1. Fatos jurídicos processuais em sentido amplo.....	323
2.1.1. Fatos jurídicos processuais em sentido estrito.....	324
2.1.2. Atos jurídicos processuais.....	324
2.1.2.1. Atos processuais ilícitos.....	324
2.1.2.2. Atos processuais lícitos.....	324
3. ATOS PROCESSUAIS DAS PARTES E ATOS PROCESSUAIS DO JUIZ.....	326
3.1. Sentenças.....	326
3.2. Decisões interlocutórias.....	326
3.3. Despachos.....	326
3.4. Acórdão.....	327
4. FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS.....	327
4.1. Liberdade das formas.....	327
4.2. Publicidade dos atos processuais.....	327
4.3. Prática eletrônica dos atos processuais.....	327
4.4. Tempo e lugar dos atos processuais.....	329
5. PRAZOS PROCESSUAIS.....	330
5.1. Conceito.....	330
5.2. Classificação dos prazos processuais.....	330
5.3. Ato processual prematuro.....	332
5.4. Contagem do prazo processual.....	332
5.5. Início do prazo processual.....	333
5.6. Suspensão do prazo processual.....	334
5.7. Prorrogação do prazo processual.....	335

5.8.	Preclusão.....	335
5.8.1.	Preclusão <i>pro judicato</i>	336
5.9.	Contagem em dobro dos prazos processuais.....	337
6.	COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	339
6.1.	Introdução	339
6.2.	Citação.....	339
6.2.1.	Comparecimento espontâneo do réu.....	340
6.2.2.	Efeitos da citação válida.....	341
6.2.3.	Citação pessoal e exceções legais.....	343
6.2.4.	Lugar da citação e restrições legais.....	344
6.2.5.	Citando mentalmente incapaz ou impossibilitado de receber a citação.....	345
6.2.6.	Formas de citação	345
6.2.6.1.	Citação por meio eletrônico	345
6.2.6.2.	Citação pelo correio.....	346
6.2.6.3.	Citação por oficial de justiça	348
6.2.6.4.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório	349
6.2.6.5.	Citação por edital.....	349
6.2.6.5.1.	Hipóteses de cabimento	349
6.2.6.5.2.	Requisitos da citação por edital.....	350
6.2.6.5.3.	Alegação dolosa de causa autorizadora de citação por edital.....	351
6.3.	Intimação.....	351
6.3.1.	Conceito.....	351
6.3.2.	Formas de intimação.....	352
6.3.3.	Intimação da Fazenda Pública.....	354
6.3.4.	Nulidade da intimação.....	354
6.4.	Cartas.....	354
6.4.1.	Conceito e modalidades de cartas.....	354
6.4.1.1.	Cartas a serem cumpridas na Justiça Federal.....	355
6.4.2.	Requisitos.....	356
6.4.3.	Intimação, prazo e o caráter itinerante das cartas	356
6.4.4.	Formas de expedição das cartas.....	357
6.4.5.	Procedimento	358

CAPÍTULO XVII - NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS..... 359

1.	INTRODUÇÃO.....	359
2.	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	359
3.	COGNOSCIBILIDADE DO JUIZ	362

4.	REQUISITOS DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL.....	363
4.1.	Capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo.....	363
4.2.	Objeto.....	364
4.3.	Forma.....	366
5.	NULIDADE, ANULABILIDADE E CONTROLE DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL.....	366
6.	NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E AS POSIÇÕES JURÍDICAS DE TERCEIROS.....	367
7.	INADIMPLEMENTO DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL.....	368
8.	EXEMPLOS DE NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ADMITIDOS E NÃO ADMITIDOS.....	368
9.	NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E ORDEM CRONOLÓGICA DE CONCLUSÃO.....	370
10.	CALENDÁRIO PROCEDIMENTAL.....	370
10.1.	Conceito e natureza jurídica.....	370
10.2.	Momento da celebração do negócio.....	371
10.3.	Obrigatoriedade e possibilidade de revisão.....	371

CAPÍTULO XVIII – INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS 373

1.	INTRODUÇÃO.....	373
2.	SISTEMA DE INVALIDADES PROCESSUAIS.....	374
3.	NULIDADES PROCESSUAIS ABSOLUTAS E NULIDADES PROCESSUAIS RELATIVAS.....	375
4.	INVALIDADE, PREJUÍZO E INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS.....	376
5.	NULIDADE E ATOS PROCESSUAIS CORRELACIONADOS (PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE).....	377
6.	NULIDADE E PROIBIÇÃO DE COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO.....	378
7.	NULIDADE DECORRENTE DA NÃO INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	378
8.	CONVALIDAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS DEFEITUOSOS.....	379

CAPÍTULO XIX – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO 381

1.	INTRODUÇÃO.....	381
2.	REGISTRO.....	381
3.	DISTRIBUIÇÃO.....	382
3.1.	Distribuição por dependência.....	383

CAPÍTULO XX – TUTELAS PROVISÓRIAS 385

1.	O PROCESSO E O TEMPO.....	385
2.	A REDISTRIBUIÇÃO DOS EFEITOS DO TEMPO NO PROCESSO E FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	385

3.	EVOLUÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS	386
4.	TUTELA DEFINITIVA E TUTELA PROVISÓRIA	387
5.	CLASSIFICAÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS	387
5.1.	Quanto à natureza da tutela provisória (antecipada ou cautelar)	388
5.1.1.	Tutela antecipada	388
5.1.2.	Tutela cautelar	389
5.2.	Quanto ao momento para o seu requerimento (em caráter antecedente ou em caráter incidental)	390
5.2.1.	Tutela provisória requerida em caráter antecedente	390
5.2.2.	Tutela provisória requerida em caráter incidental	391
5.3.	Quanto ao fundamento do pedido de tutela provisória (urgência ou evidência)	392
5.3.1.	Tutela de urgência	392
5.3.2.	Tutela da evidência	393
6.	FLUXOGRAMA	394
7.	CARACTERÍSTICAS DAS TUTELAS PROVISÓRIAS	394
8.	FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO	395
9.	COMPETÊNCIA	395
10.	FUNGIBILIDADE DA TUTELA PROVISÓRIA	396
11.	TUTELA PROVISÓRIA E PRÉVIO REQUERIMENTO DA PARTE	396
12.	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA	397
12.1.	Pressupostos	397
12.2.	Caução	398
12.3.	Momento para ser requerida	398
12.4.	Momento para concessão	398
12.5.	Irreversibilidade como pressuposto negativo da tutela antecipada fundada na urgência	399
12.6.	Efetivação da tutela cautelar de urgência	400
12.7.	Responsabilidade objetiva da parte que requer e obtém uma tutela provisória de urgência	401
13.	DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	402
13.1.	Introdução	402
13.2.	Petição inicial	402
13.2.1.	Valor da causa e recolhimento das custas	403
13.2.2.	Indicação de que pretende se valer do benefício previsto no art. 303, <i>caput</i> , do CPC	404
13.3.	Apreciação do pedido de tutela antecipada antecedente pelo juiz e suas consequências	404
13.3.1.	Indeferimento do pedido	404

13.3.2.	Deferimento do pedido	405
13.4.	Estabilização da tutela antecipada	406
13.4.1.	Introdução	406
13.4.2.	A estabilização dos efeitos da tutela antecipada no CPC/15	407
13.4.3.	Revisão, reforma ou invalidação da tutela antecipada estabilizada	410
13.4.4.	Não estabilização convencional dos efeitos da tutela antecipada antecedente	411
14.	DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	412
14.1.	Petição inicial	412
14.2.	Citação do réu	413
14.3.	Decisão	413
14.3.1.	Decisão que indefere o pedido cautelar	414
14.3.2.	Decisão que defere o pedido cautelar	414
14.3.3.	Natureza da decisão	414
14.4.	Cessaçã dos efeitos da tutela cautelar	415
14.4.1.	Renovação do pedido de tutela cautelar	416
15.	TUTELA DA EVIDÊNCIA	417
15.1.	Introdução	417
15.2.	Modalidades e pressupostos	418
15.2.1.	Ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte (art. 311, I, do CPC)	418
15.2.2.	As alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante (art. 311, II, do CPC)	419
15.2.3.	Se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa (art. 311, III, do CPC)	420
15.2.4.	A petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável (art. 311, IV, do CPC)	421
15.3.	Prova documental	422
15.4.	Tutela da evidência concedida liminarmente	422
16.	TUTELA PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	422
CAPÍTULO XXI – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO		425
1.	FORMAÇÃO DO PROCESSO	425
2.	SUSPENSÃO DO PROCESSO	426
2.1.	Introdução	426
2.2.	Causas de suspensão do curso do procedimento	427

2.2.1.	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador (art. 313, I, do CPC).....	427
2.2.2.	Convenção das partes (art. 313, II, do CPC).....	428
2.2.3.	Arguição de impedimento ou de suspeição (art. 313, III, do CPC).....	428
2.2.4.	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (art. 313, IV, do CPC).....	429
2.2.5.	Sentença de mérito dependente de julgamento de outra causa ou de declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente (art. 313, V, “a”, do CPC).....	429
2.2.6.	Sentença de mérito dependente da verificação de determinado fato ou produção de certa prova, requisitada a outro juízo (art. 313, V, “b”, do CPC).....	430
2.2.7.	Força maior (art. 313, VI, do CPC).....	430
2.2.8.	Discussão acerca de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo (art. 313, VII, do CPC).....	431
2.2.9.	Parto ou concessão de adoção (art. 313, IX, do CPC).....	431
2.2.10.	Advogado que se tornar pai (art. 313, X, do CPC).....	431
2.2.11.	Demais casos regulados pelo código (art. 313, VIII, do CPC).....	432
3.	EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	433
3.1.	Introdução.....	433
3.2.	Extinção prematura do processo e o princípio da primazia do julgamento do mérito.....	434
3.3.	Decisões que não resolvem o mérito.....	434
3.3.1.	Indeferimento da petição inicial (art. 485, I, do CPC).....	434
3.3.2.	O processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes (art. 485, II, do CPC).....	435
3.3.3.	Por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias (art. 485, III, do CPC).....	436
3.3.4.	Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV, do CPC).....	436
3.3.5.	Existência de perempção, litispendência ou coisa julgada (art. 485, V, do CPC).....	437
3.3.6.	Ausência de legitimidade ou de interesse processual (art. 485, VI, do CPC).....	437
3.3.7.	Acolhimento da alegação de existência de convenção de arbitragem ou reconhecimento, pelo juízo arbitral, de sua competência (art. 485, VII, do CPC).....	438
3.3.8.	Homologar a desistência da ação (art. 485, VIII, do CPC).....	439
3.3.9.	Morte da parte e intransmissibilidade da ação por disposição legal (art. 485, IX, do CPC).....	440
3.3.10.	Outros casos previstos.....	441
3.3.11.	Atuação <i>ex officio</i> do juiz.....	441
3.3.12.	Recurso e efeito regressivo.....	442
3.3.13.	Repropositura da ação.....	442
3.4.	Decisões que resolvem o mérito.....	443

3.4.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido.....	444
3.4.2.	Prescrição e decadência.....	444
3.4.3.	Autocomposição.....	445
CAPÍTULO XXII – FASE POSTULATÓRIA DO PROCEDIMENTO COMUM		447
1.	INTRODUÇÃO.....	447
2.	PETIÇÃO INICIAL.....	448
2.1.	Conceito	448
2.2.	Requisitos da petição inicial	448
2.2.1.	Juízo a que é dirigida (art. 319, I, do CPC).....	448
2.2.2.	Os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu (art. 319, II, do CPC).....	448
2.2.3.	Fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	449
2.2.3.1.	Causa de pedir remota e causa de pedir próxima.....	449
2.2.3.2.	O juiz está vinculado à causa de pedir?	450
2.2.4.	O pedido com suas especificações	451
2.2.4.1.	Cumulação de pedidos.....	454
2.2.4.2.	Cumulação alternativa e pedido alternativo	455
2.2.4.3.	Requisitos para a cumulação de pedidos	456
2.2.4.4.	Aditamento ou alteração do pedido ou da causa de pedir.....	457
2.2.5.	Valor da causa	457
2.2.5.1.	Controle do valor da causa pelo juiz e impugnação pelo réu.....	458
2.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados...	458
2.2.7.	Opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	459
2.2.8.	Juntada dos documentos indispensáveis à propositura da ação.....	459
3.	EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL.....	459
4.	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	460
4.1.	Introdução	460
4.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial.....	460
4.2.1.	Inépcia da petição inicial.....	460
4.2.2.	A parte for manifestamente ilegítima.....	462
4.2.3.	O autor carecer de interesse processual.....	462
4.2.4.	Não atendimento das prescrições dos arts. 106 e 321 do CPC	462
4.3.	Condenação ao pagamento das custas processuais	463
4.4.	Recurso e consequências processuais	463
5.	IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO.....	464
5.1.	Introdução	464

5.2.	Pressupostos	464
5.3.	Hipóteses ensejadoras do julgamento de improcedência liminar	464
5.4.	Natureza do pronunciamento judicial e respectivo recurso.....	466
6.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO.....	467
6.1.	Introdução	467
6.2.	Conciliadores, mediadores e sessão destinada à conciliação e à mediação	467
6.3.	Não realização da audiência de conciliação ou mediação.....	468
6.4.	Realização da audiência de conciliação ou mediação.....	469
6.5.	Audiência de conciliação ou mediação por meio eletrônico	470
6.6.	Audiência de conciliação no superendividamento (Lei nº 14.181/2021)	471
7.	RESPOSTA DO RÉU	472
7.1.	Introdução	472
7.2.	Teoria das exceções	473
7.2.1.	Os diferentes sentidos empregados à exceção.....	473
7.2.2.	Ação e exceção.....	473
7.2.3.	Exceção e objeção	473
7.2.4.	Exceções/objeções dilatórias e peremptórias	474
8.	CONTESTAÇÃO	475
8.1.	Conceito e generalidades	475
8.2.	Prazo.....	476
8.3.	Defesas do réu	478
8.3.1.	Preliminares.....	479
8.3.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do CPC).....	479
8.3.1.2.	Incompetência absoluta e relativa (art. 337, II, do CPC)	480
8.3.1.3.	Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do CPC)	481
8.3.1.4.	Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do CPC)	481
8.3.1.5.	Perempção, litispendência e coisa julgada (art. 337, incisos V, VI e VII, do CPC)	481
8.3.1.6.	Conexão (art. 337, VIII, do CPC).....	481
8.3.1.7.	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do CPC).....	481
8.3.1.8.	Convenção de arbitragem (art. 337, X, do CPC).....	482
8.3.1.9.	Ausência de legitimidade ou de interesse processual (art. 337, XI, do CPC)	482
8.3.1.10.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do CPC)	482
8.3.1.11.	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do CPC)	483
8.3.2.	Preliminares cognoscíveis de ofício.....	483
8.3.3.	Questões preliminares e questões prejudiciais de mérito	483
8.3.4.	Defesas de mérito	484

8.3.5.	Princípio da concentração da defesa e ônus da impugnação especificada	484
9.	RECONVENÇÃO.....	486
9.1.	Conceito	486
9.2.	Pressupostos	486
9.3.	Procedimento e independência entre ação principal e reconvenção.....	490
10.	REVELIA.....	491
10.1.	Conceito e generalidades	491
10.2.	Efeitos decorrentes da revelia	492
10.3.	Inaplicabilidade do efeito material da revelia.....	493
10.3.1.	Havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação (art. 345, I, do CPC).....	493
10.3.2.	O litígio versar sobre direitos indisponíveis (art. 345, II, do CPC).....	493
10.3.3.	A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato (art. 345, III, do CPC).....	494
10.3.4.	As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos (art. 345, IV, do CPC)	494
10.4.	Outras hipóteses de não incidência do efeito material da revelia.....	494

CAPÍTULO XXIII – FASE ORDINATÓRIA DO PROCEDIMENTO COMUM

1.	INTRODUÇÃO.....	497
2.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES.....	498
2.1.	Revelia do réu.....	498
2.2.	Apresentação, pelo réu, de defesa de mérito indireta.....	498
2.3.	Alegação de questões preliminares.....	498
2.4.	Existência de irregularidades ou vícios sanáveis	499
3.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	499
3.1.	Extinção do processo com base nos arts. 485 ou 487, II e III, do CPC	499
3.2.	Julgamento antecipado do mérito.....	500
3.2.1.	Introdução.....	500
3.2.2.	Pressupostos.....	500
3.3.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	502
3.3.1.	Pressupostos.....	502
3.3.2.	Julgamento antecipado parcial do mérito e (i)liquidez da obrigação.....	503
3.3.3.	Recurso e trânsito em julgado	504
3.3.4.	Julgamento antecipado parcial do mérito contra a Fazenda Pública	504
3.4.	Decisão de saneamento e organização do processo	505
3.4.1.	Pedido de esclarecimentos ou ajustes	508
3.4.2.	Saneamento e organização do processo por negócio jurídico processual.....	509
3.4.3.	Saneamento e organização do processo em cooperação.....	509

CAPÍTULO XXIV – FASE INSTRUTÓRIA.....	511
1. BUSCA DA VERDADE.....	511
2. CONCEITO DE PROVA.....	512
3. CLASSIFICAÇÃO.....	512
4. OBJETO DA PROVA.....	513
5. PRINCÍPIOS RELACIONADOS AO DIREITO PROBATÓRIO.....	514
5.1. Princípio da atipicidade dos meios de prova.....	514
5.2. Princípio da comunhão da prova.....	514
5.3. Princípio do convencimento motivado do juiz.....	514
5.4. Princípio da livre investigação da prova e da máxima eficiência dos meios de prova.....	515
5.5. Princípio da não autoincriminação (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	516
6. FINALIDADE DA PROVA.....	517
7. DESTINATÁRIOS DA PROVA.....	517
8. INDÍCIO, PRESUNÇÃO LEGAL E REGRAS DE EXPERIÊNCIA.....	517
9. SISTEMAS (OU CRITÉRIOS) DE VALORAÇÃO DA PROVA.....	518
9.1. Sistema (ou critério) da prova tarifada (ou legal).....	519
9.2. Sistema (ou critério) da íntima convicção.....	519
9.3. Sistema da persuasão racional (ou convencimento motivado).....	520
10. ÔNUS DA PROVA.....	520
10.1. Considerações iniciais.....	520
10.2. Aspectos objetivo e subjetivo do ônus da prova.....	521
10.3. Distribuição do ônus da prova.....	522
10.3.1. Distribuição legal do ônus da prova – distribuição estática.....	522
10.3.2. Distribuição do ônus da prova realizada pelo juiz – distribuição dinâmica.....	522
10.3.3. Distribuição convencional do ônus da prova – distribuição dinâmica.....	524
10.3.4. Inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor.....	525
11. PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ.....	527
12. PROVA EMPRESTADA.....	528
12.1. Conceito.....	528
12.2. Prova emprestada e contraditório.....	528
12.3. Prova emprestada e identidade entre as partes.....	529
12.4. Natureza e eficácia da prova emprestada.....	529
13. PRODUÇÃO DE PROVA EM FORO DIVERSO.....	530
14. PROIBIÇÃO DE PROVA ILÍCITA.....	530
14.1. Introdução.....	530
14.2. Ilícitude da prova: plano do direito material e plano do direito processual.....	530

14.3. Provas ilícitas por derivação (<i>fruits of the poisonous tree</i>)	531
14.4. Prova ilícita e interceptação das comunicações telefônicas no processo civil	531
14.5. Prova ilícita e negócio jurídico processual	533
15. STANDARDS PROBATÓRIOS	533
16. PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	535
16.1. Direito autônomo à produção antecipada da prova	535
16.2. Hipóteses de cabimento	536
16.2.1. Haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação (art. 381, I, do CPC)	536
16.2.2. A prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito (art. 381, II, do CPC)	536
16.2.3. O prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação (art. 381, III, do CPC)	537
16.2.4. Arrolamento de bens (art. 381, § 1º, do CPC)	537
16.2.5. Justificação da existência de fato ou relação jurídica (art. 381, § 5º, do CPC)	538
16.3. Competência	539
16.4. Prevenção do juízo	539
16.5. Procedimento	539
16.5.1. Sentença	541
17. PROVAS EM ESPÉCIE	542
17.1. Ata notarial	542
17.2. Depoimento pessoal	542
17.2.1. Conceito	542
17.2.2. Legitimidade	542
17.2.3. Finalidade do depoimento pessoal e não comparecimento ou recusa da parte	542
17.2.4. Procedimento	543
17.3. Confissão	544
17.3.1. Conceito	544
17.3.2. Classificação	544
17.3.3. Validade e eficácia da confissão	546
17.3.4. Efeitos da confissão	546
17.3.5. Irrevogabilidade da confissão	547
17.3.6. Indivisibilidade da confissão	548
17.4. Exibição de documento ou coisa	548
17.4.1. Conceito e características	548
17.4.2. Pedido de exibição formulado em face da parte contrária	549
17.4.3. Pedido de exibição formulado em face de terceiro	551
17.5. Prova documental	551

17.5.1.	Conceito e características.....	551
17.5.2.	Documento e instrumento.....	552
17.5.3.	Elementos e força probante dos documentos.....	553
17.5.4.	Documento público.....	554
17.5.5.	Documento particular.....	555
17.5.6.	Telegrama, radiograma e outros meios de transmissão de informação.....	556
17.5.7.	Cartas, registros domésticos e notas escritas pelo credor.....	556
17.5.8.	Livros empresariais.....	557
17.5.9.	Reproduções mecânicas.....	558
17.5.10.	Reproduções dos documentos particulares.....	558
17.5.11.	Vícios e falsidade do documento.....	558
17.5.12.	Incidente de falsidade.....	559
17.5.13.	Produção da prova documental.....	560
17.5.14.	Documentos eletrônicos.....	561
17.6.	Prova testemunhal.....	562
17.6.1.	Conceito.....	562
17.6.2.	Admissibilidade da testemunha e força probante do seu depoimento.....	562
17.6.3.	Deveres da testemunha.....	564
17.6.4.	Direitos da testemunha.....	565
17.6.5.	Produção da prova testemunhal.....	565
17.7.	Prova pericial.....	569
17.7.1.	Conceito e admissibilidade da prova pericial.....	569
17.7.2.	Perito e assistentes técnicos.....	570
17.7.2.1.	Perito.....	570
17.7.2.2.	Assistente técnico.....	571
17.7.3.	Produção da prova pericial.....	571
17.7.3.1.	Nomeação do perito e honorários periciais.....	571
17.7.3.2.	Escusa do perito e recusa pelas partes.....	572
17.7.3.3.	Substituição do perito.....	573
17.7.3.4.	Realização.....	573
17.8.	Inspeção judicial.....	575

CAPÍTULO XXV – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO..... 577

1.	INTRODUÇÃO.....	577
2.	ABERTURA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	578
3.	UNIDADE E CONTINUIDADE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	578
4.	PRODUÇÃO DAS PROVAS ORAIS.....	579
5.	DEBATES.....	579
6.	JULGAMENTO.....	580

7. DOCUMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA.....	580
CAPÍTULO XXVI - SENTENÇA	581
1. CONCEITO.....	581
2. CLASSIFICAÇÃO DA SENTENÇA	582
2.1. Sentença terminativa e sentença definitiva.....	583
2.2. Sentença autossuficiente	583
2.2.1. Sentença declaratória.....	583
2.2.2. Sentença constitutiva	583
2.3. Sentença não autossuficiente	583
2.3.1. Sentença condenatória	584
2.3.2. Sentença mandamental.....	584
2.3.3. Sentença executiva <i>lato sensu</i>	584
3. ELEMENTOS DA SENTENÇA.....	585
3.1. Relatório.....	585
3.2. Fundamentação.....	585
3.2.1. Generalidades.....	585
3.2.2. Decisões não fundamentadas.....	586
3.2.2.1. Quando se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, inciso I, do CPC)	587
3.2.2.2. Quando empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, inciso II, do CPC).....	587
3.2.2.3. Quando invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, inciso III, do CPC).....	588
3.2.2.4. Quando não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, inciso IV, do CPC).....	588
3.2.2.5. Se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes (art. 489, § 1º, inciso V, do CPC)	589
3.2.2.6. Deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, inciso VI, do CPC).....	589
3.2.3. Regras, princípios e o papel dos postulados normativos na fundamentação	590
3.2.4. Fundamentação <i>per relationem</i> (aliunde ou por referência)	592
3.3. Dispositivo.....	592
4. CONSEQUÊNCIAS DA INOBSERVÂNCIA DOS ELEMENTOS DA SENTENÇA	593
5. CAPÍTULOS DA SENTENÇA	593

6.	REQUISITOS DA SENTENÇA	594
6.1.	Clareza.....	594
6.2.	Congruência (princípio da congruência)	594
6.2.1.	Congruência intrínseca (ou interna)	595
6.2.2.	Congruência extrínseca (ou externa).....	595
6.2.2.1.	Proibição de decisão <i>ultra petita</i>	596
6.2.2.2.	Proibição de decisão <i>extra petita</i>	598
6.2.2.3.	Proibição de decisão <i>infra petita</i> (ou <i>citra petita</i>).....	599
6.3.	Certeza.....	600
6.4.	Liquidez.....	601
7.	SENTENÇA E FATO SUPERVENIENTE	601
8.	DECISÕES QUE NÃO RESOLVEM O MÉRITO.....	602
9.	DECISÕES QUE RESOLVEM O MÉRITO	603
10.	EFEITOS DA SENTENÇA.....	603
10.1.	Efeito principal	603
10.2.	Efeitos secundários.....	603
10.2.1.	Hipoteca judiciária	604
11.	PUBLICAÇÃO	605
12.	INTERPRETAÇÃO DA SENTENÇA.....	606
13.	REMESSA NECESSÁRIA.....	606
13.1.	Natureza jurídica.....	606
13.2.	Cabimento	607
13.2.1.	Sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público (art. 496, I, do CPC)	608
13.2.2.	Sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal (art. 496, II, do CPC).....	608
13.2.3.	Remessa necessária de decisão interlocutória.....	608
13.2.4.	Outras hipóteses de remessa necessária.....	609
13.3.	Hipóteses de não aplicação da remessa necessária.....	610
13.3.1.	Não aplicação da remessa necessária em razão do valor da condenação (art. 496, § 3º, do CPC).....	610
13.3.2.	Não aplicação da remessa necessária em razão de entendimento contrário à Fazenda Pública firmado em precedente vinculante ou orientação administrativa pelo próprio ente público (art. 496, § 4º, do CPC).....	610
13.4.	Procedimento.....	611
14.	JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E DE ENTREGA DE COISA	611
15.	AÇÃO QUE TENHA POR OBJETO A EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE.....	612
16.	SENTENÇAS MANIPULATIVAS.....	612

16.1. Introdução	612
16.2. Sentenças (ou decisões) manipulativas.....	613
16.3. Juízes como legisladores positivos?	614
CAPÍTULO XXVII – COISA JULGADA.....	617
1. TEORIAS EXPLICATIVAS E CONCEITO	617
2. COISA JULGADA FORMAL E COISA JULGADA MATERIAL.....	620
3. EFEITOS NEGATIVO E POSITIVO DA COISA JULGADA	620
4. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA	621
4.1. Coisa julgada sobre questão prejudicial.....	622
5. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA	624
6. LIMITES TEMPORAIS DA COISA JULGADA	626
7. EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA.....	628
8. RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA.....	629
9. CONFLITO ENTRE COISAS JULGADAS	630
CAPÍTULO XXVIII – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	633
1. INTRODUÇÃO	633
2. MODALIDADES DE LIQUIDAÇÃO	634
2.1. Liquidação por arbitramento.....	634
2.2. Liquidação pelo procedimento comum.....	635
3. LIQUIDAÇÃO POR MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS.....	636
4. LEGITIMIDADE.....	636
5. LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA	637
6. LIQUIDAÇÃO SEM RESULTADO POSITIVO (LIQUIDAÇÃO ZERO)	637
7. LIQUIDAÇÃO IMPRÓPRIA NAS AÇÕES COLETIVAS.....	638
CAPÍTULO XXIX – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	639
1. INTRODUÇÃO	639
2. TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS.....	640
2.1. Decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa (art. 515, I, do CPC).....	640
2.2. Decisão homologatória de autocomposição judicial (art. 515, II, do CPC)	641
2.3. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza (art. 515, III, do CPC).....	642

2.4.	Formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal (art. 515, IV, do CPC)	642
2.5.	Crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial (art. 515, V, do CPC)	643
2.6.	Sentença penal condenatória transitada em julgado (art. 515, VI, do CPC)	643
2.7.	Sentença arbitral (art. 515, VII, do CPC)	644
2.8.	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 515, VIII, do CPC)	644
2.9.	Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 515, IX, do CPC)	645
3.	COMPETÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	645
4.	LEGITIMIDADE ATIVA, REQUERIMENTO E INTIMAÇÃO DO EXECUTADO	646
5.	LEGITIMIDADE PASSIVA	648
6.	PROTESTO DO TÍTULO E INCLUSÃO DO NOME DO EXECUTADO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES	648
7.	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	649
7.1.	Regime específico a ser observado	649
7.2.	Impugnação	651
7.3.	Multa e honorários	651
7.4.	Depósito e posterior recurso	652
7.5.	Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, de não fazer ou de dar coisa	652
8.	CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	652
8.1.	Procedimento inicial	652
8.2.	Impugnação ao cumprimento de sentença	654
8.2.1.	Conceito e natureza jurídica	654
8.2.2.	Prazo	655
8.2.3.	Matérias defensivas	655
8.2.3.1.	Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I, do CPC)	655
8.2.3.2.	Illegitimidade de parte (art. 525, § 1º, II, do CPC)	656
8.2.3.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, do CPC)	657
8.2.3.4.	Inexigibilidade da obrigação quando o título estiver fundado em lei, ato normativo ou interpretação considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso (art. 525, § 12, do CPC)	657
8.2.3.5.	Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, IV, do CPC)	658

8.2.3.6.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 525, V, do CPC).....	658
8.2.3.7.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (art. 525, VI, do CPC).....	660
8.2.3.8.	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença (art. 525, VII, do CPC).....	660
8.2.3.9.	Suspeição ou impedimento.....	660
8.2.4.	Efeito suspensivo	660
8.2.5.	Procedimento	662
8.2.6.	Honorários advocatícios.....	662
9.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS	663
9.1.	Regimes de cumprimento de sentença.....	663
9.2.	Regime especial de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos (art. 528 e seguintes do CPC).....	664
9.2.1.	Requerimento, intimação e resposta do executado	664
9.2.2.	Protesto e prisão civil.....	665
9.2.3.	Desconto em folha de pagamento, rendimentos ou rendas do executado.....	666
9.2.4.	Outras técnicas executivas	666
9.3.	Cumulação de execuções.....	667
9.4.	Alimentos indenizatórios.....	668
10.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA.....	670
10.1.	Fazenda Pública.....	670
10.2.	Títulos executivos e regimes de execução	670
10.3.	Requerimento de cumprimento de sentença e intimação da Fazenda Pública	670
10.4.	Impugnação.....	671
10.5.	Efeito suspensivo	672
10.6.	Precatórios e requisição de pequeno valor.....	673
10.6.1.	Precatórios.....	674
10.6.2.	Requisição de pequeno valor.....	675
10.6.3.	Fracionamento do valor do precatório.....	676
11.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER OU ENTREGA DE COISA.....	677
11.1.	Tutela específica dos direitos e tutela pelo equivalente.....	677
11.2.	Tutela inibitória.....	678
11.3.	Conversão da obrigação em perdas e danos.....	679
11.4.	Procedimento do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	680
11.4.1.	Técnicas processuais para forçar o cumprimento da obrigação.....	680

11.4.2. Astreintes	681
11.4.3. Impugnação	684
11.5. Cumprimento de sentença que reconheça exigibilidade de obrigação de entregar coisa	684

CAPÍTULO XXX – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA 685

1. INTRODUÇÃO	685
2. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E TÉCNICAS PROCESSUAIS.....	686
3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM OUTROS DIPLOMAS NORMATIVOS.....	687
4. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	688
4.1. Introdução	688
4.2. Legitimidade ativa.....	689
4.3. Legitimidade passiva.....	690
4.4. Competência.....	690
4.5. Objeto da consignação.....	691
4.6. Procedimento da ação de consignação em pagamento quando o credor é conhecido	692
4.6.1. Fase extrajudicial	692
4.6.2. Fase judicial	692
4.7. Procedimento da ação de consignação em pagamento quando houver dúvida quanto ao titular do crédito	695
4.8. Aplicação da disciplina da consignação em pagamento no resgate de aforamento...	696
5. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	697
5.1. Introdução	697
5.2. Legitimidade e interesse.....	697
5.3. Procedimento.....	698
5.3.1. Primeira fase	699
5.3.2. Segunda fase	700
5.4. Ação de exigir contas e distribuição por dependência a outro processo.....	701
6. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	701
6.1. Introdução	701
6.2. Posse e detenção	702
6.3. Proteção possessória e os interditos possessórios.....	703
6.4. Desforço <i>incontinenti</i>	704
6.5. Ações possessórias e ações petitórias	704
6.6. Natureza dúplice das ações possessórias.....	705
6.7. Ações de força nova e ações de força velha	707
6.8. Fungibilidade das ações possessórias.....	707

6.9.	Legitimidade.....	707
6.10.	Competência.....	708
6.11.	Procedimento das ações de reintegração e manutenção de posse	708
6.11.1.	Petição inicial	708
6.11.2.	Liminar.....	709
6.11.3.	Resposta do réu.....	711
6.11.4.	Instrução e julgamento	713
6.12.	Litígio coletivo pela posse de imóvel.....	713
6.13.	Interdito proibitório.....	714
7.	DA DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES	714
7.1.	Introdução	714
7.2.	Cumulação dos pedidos demarcatório e divisório.....	715
7.3.	Posição dos confinantes na demarcação e na divisão	715
7.4.	Demarcação e divisão extrajudicial.....	716
7.5.	Procedimento da ação de demarcação.....	717
7.5.1.	Primeira fase	717
7.5.1.1.	Legitimidade.....	717
7.5.1.2.	Competência.....	717
7.5.1.3.	Petição inicial.....	717
7.5.1.4.	Citação dos réus	718
7.5.1.5.	Defesa dos réus	718
7.5.1.6.	Prova pericial.....	718
7.5.1.7.	Sentença.....	719
7.5.2.	Segunda fase	719
7.6.	Procedimento da ação de divisão.....	720
7.6.1.	Introdução.....	720
7.6.2.	Primeira fase	721
7.6.2.1.	Legitimidade.....	721
7.6.2.2.	Competência.....	721
7.6.2.3.	Petição inicial.....	721
7.6.2.4.	Citação.....	722
7.6.2.5.	Defesa dos réus	722
7.6.2.6.	Instrução.....	722
7.6.2.7.	Sentença.....	723
7.6.3.	Segunda fase	723
7.6.3.1.	Apresentação dos títulos e impugnação aos pedidos de cons- tituição de quinhões.....	723
7.6.3.2.	Posição dos confinantes na ação de divisão.....	723
7.6.3.3.	Medição e operações de divisão.....	724
7.6.3.4.	Memorial descritivo e auto de divisão	725

8.	DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	725
8.1.	Introdução	725
8.2.	Objeto da ação de dissolução parcial da sociedade empresária.....	727
8.3.	Legitimidade.....	728
8.4.	Competência.....	728
8.5.	Petição inicial	728
8.6.	Citação.....	728
8.7.	Resposta.....	729
8.8.	Decisão.....	729
8.9.	Apuração de haveres.....	731
9.	INVENTÁRIO E PARTILHA.....	732
9.1.	Introdução	732
9.2.	Inventário e partilha.....	732
9.2.1.	Conceito e generalidades	732
9.2.2.	Prazo	733
9.2.3.	Questões que podem ser apreciadas no processo de inventário e partilha ...	734
9.2.4.	Administrador provisório.....	734
9.2.5.	Inventário negativo.....	734
9.2.6.	Procedimentos judiciais possíveis.....	735
9.2.7.	Inventário tradicional.....	736
9.2.7.1.	Legitimidade.....	736
9.2.7.2.	Competência.....	736
9.2.7.3.	Petição inicial.....	737
9.2.7.4.	Nomeação de inventariante.....	737
9.2.7.5.	Remoção do inventariante.....	738
9.2.7.6.	Primeiras declarações	739
9.2.7.7.	Citações e impugnações	739
9.2.7.8.	Impugnações.....	740
9.2.7.9.	Apuração de haveres após as primeiras declarações.....	741
9.2.7.10.	Herdeiro preterido	742
9.2.7.11.	Avaliação dos bens.....	742
9.2.7.12.	Últimas declarações	743
9.2.7.13.	Cálculo do tributo	743
9.2.7.14.	Colaço.....	744
9.2.7.15.	Sonegados	745
9.2.7.16.	Pagamento das dívidas	747
9.2.8.	Partilha.....	748
9.2.8.1.	Conceito de partilha	748
9.2.8.2.	Espécies de partilha	748
9.2.8.3.	Partilha judicial	748

9.2.8.4.	Retificação da partilha	750
9.2.8.5.	Anulação e rescisão da partilha	750
9.2.9.	Arrolamento	751
9.2.9.1.	Arrolamento sumário	751
9.2.9.2.	Arrolamento comum	753
9.2.10.	Alvará judicial	753
9.2.11.	Sobrepartilha	754
9.2.12.	Inventário conjunto (ou cumulativo)	755
10.	EMBARGOS DE TERCEIRO	755
10.1.	Introdução	755
10.2.	Requisitos	756
10.3.	Legitimidade ativa	757
10.4.	Intimação do potencial embargante	760
10.5.	Legitimidade passiva	760
10.6.	Competência	761
10.7.	Prazo	761
10.8.	Procedimento	762
10.8.1.	Petição inicial	762
10.8.2.	Tutela provisória	762
10.8.3.	Citação	763
10.8.4.	Resposta	763
10.8.5.	Sentença	764
11.	OPOSIÇÃO	764
11.1.	Introdução	764
11.2.	Cabimento	765
11.3.	Competência	766
11.4.	Legitimidade	766
11.5.	Procedimento	766
12.	HABILITAÇÃO	767
12.1.	Introdução	767
12.2.	Legitimidade	767
12.3.	Competência	767
12.4.	Procedimento	768
13.	AÇÕES DE FAMÍLIA	768
13.1.	Introdução	768
13.2.	Procedimento	769
13.2.1.	Petição inicial	770
13.2.2.	Tutela provisória	771
13.2.2.1.	Divórcio liminar e divórcio antecipado	771

13.2.3.	Citação do réu.....	773
13.2.4.	Audiência de conciliação ou mediação.....	773
13.2.5.	Intervenção do Ministério Público.....	774
14.	AÇÃO MONITÓRIA.....	774
14.1.	Introdução.....	774
14.2.	Prova escrita.....	775
14.3.	Procedimento.....	776
14.3.1.	Petição inicial.....	776
14.3.2.	Indeferimento da petição inicial.....	777
14.3.3.	Citação e expedição do mandado monitorio.....	777
14.3.4.	Comportamentos do réu.....	777
14.3.5.	Embargos à monitoria.....	779
14.3.6.	Reconvenção.....	779
14.3.7.	Intimação do autor.....	780
14.3.8.	Julgamento.....	780
15.	HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL.....	780
15.1.	Introdução.....	780
15.2.	Procedimento.....	781
15.2.1.	Petição inicial.....	781
15.2.2.	Citação e audiência preliminar.....	781
15.2.3.	Contestação.....	782
15.2.4.	Sentença.....	782
16.	REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA.....	782
16.1.	Introdução.....	782
16.2.	Procedimento.....	783
16.2.1.	Petição inicial.....	783
16.2.2.	Nomeação do regulador.....	783
16.2.3.	Caução.....	784
16.2.4.	Julgamento.....	784
17.	RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	785
17.1.	Introdução.....	785
17.2.	Competência.....	785
17.3.	Procedimento.....	785
17.3.1.	Petição inicial.....	785
17.3.2.	Citação e resposta do réu.....	786
17.3.3.	Desaparecimento dos autos após a produção das provas.....	786
17.3.4.	Sentença.....	786
17.3.5.	Sucumbência.....	787

CAPÍTULO XXXI - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	789
1. INTRODUÇÃO.....	789
2. NATUREZA JURÍDICA	790
3. CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA EM JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	790
4. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	791
5. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS GERAIS DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: PROCEDIMENTO COMUM DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	791
5.1. Legitimidade.....	791
5.2. Petição inicial	792
5.3. Citação e intimação.....	792
5.4. Manifestação dos interessados.....	792
5.5. Instrução e julgamento.....	793
5.6. Recurso	793
5.7. Requerimentos que se sujeitarão a procedimentos especiais de jurisdição voluntária e requerimentos que se sujeitarão ao procedimento comum de jurisdição voluntária	793
6. NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO.....	794
6.1. Introdução	794
6.2. Procedimento.....	795
7. ALIENAÇÃO JUDICIAL	795
7.1. Introdução	795
7.2. Procedimento.....	796
8. DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO	797
8.1. Introdução	797
8.2. Procedimento.....	797
8.3. Divórcio, separação judicial e extinção de união estável consensuais extrajudiciais.....	799
8.4. Alteração do regime de bens do casamento	799
9. TESTAMENTOS E CODICILOS.....	800
9.1. Introdução	800
9.2. Procedimento.....	800
9.2.1. Abertura e aprovação do testamento cerrado e aprovação do testamento público.....	800
9.2.2. Publicação e cumprimento do testamento particular.....	801
10. HERANÇA JACENTE	802
10.1. Introdução	802
10.2. Procedimento.....	802

10.2.1.	Arrecadação e administração dos bens.....	802
10.2.2.	Comparecimento de cônjuge ou herdeiro	803
10.2.3.	Comunicações após a arrecadação dos bens	804
10.2.4.	Declaração de vacância	804
11.	BENS DOS AUSENTES.....	805
11.1.	Introdução	805
11.2.	Procedimento.....	805
11.2.1.	Fase da declaração de ausência, nomeação de curador e arrecadação dos bens do ausente	805
11.2.2.	Fase da sucessão provisória.....	806
11.2.3.	Conversão da sucessão provisória em definitiva	807
12.	COISA VAGA.....	808
12.1.	Introdução	808
12.2.	Procedimento.....	808
12.2.1.	Comparecimento do proprietário	808
12.2.2.	Achádego	808
13.	INTERDIÇÃO	809
13.1.	Introdução	809
13.2.	Procedimento.....	810
13.2.1.	Competência	810
13.2.2.	Legitimidade	810
13.2.3.	Petição inicial	811
13.2.4.	Nomeação de curador provisório.....	811
13.2.5.	Citação e entrevista do interditando.....	811
13.2.6.	Impugnação.....	812
13.2.7.	Instrução	812
13.2.8.	Sentença.....	813
13.3.	Levantamento da interdição.....	814
13.4.	Disposições processuais comuns à tutela e à curatela.....	814
13.4.1.	Remoção e exoneração do tutor ou curador	815
14.	ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES	815
14.1.	Introdução	815
14.2.	Procedimento.....	817
14.2.1.	Suprimento judicial para aprovação do estatuto da fundação	817
14.2.2.	Extinção da fundação.....	817
15.	RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO	817
15.1.	Introdução	817
15.2.	Procedimento.....	818

CAPÍTULO XXXII - PROCESSO DE EXECUÇÃO	821
1. INTRODUÇÃO	821
2. EXECUÇÃO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	822
2.1. Execução comum e execução especial.....	822
2.2. Execução de título judicial e execução de título extrajudicial.....	822
2.3. Execução direta e execução indireta.....	822
2.4. Execução provisória e execução definitiva.....	823
3. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO.....	823
3.1. Princípio da patrimonialidade (ou realidade).....	823
3.2. Princípio da menor onerosidade da execução.....	824
3.3. Princípio da disponibilidade do processo executivo.....	825
3.4. Princípio do exato adimplemento (ou especificidade da execução)	825
3.5. Princípio do desfecho único.....	826
4. CONCENTRAÇÃO DOS PODERES DE EXECUÇÃO DO JUIZ	826
5. PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	828
5.1. Legitimidade ativa.....	828
5.2. Legitimidade passiva.....	830
6. CUMULAÇÃO DE EXECUÇÕES.....	833
7. LITISCONSÓRCIO	834
8. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	835
9. COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO	835
10. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO	836
10.1. Inadimplemento do devedor	836
10.2. Título executivo.....	837
11. ATRIBUTOS DA OBRIGAÇÃO REPRESENTADA NO TÍTULO EXECUTIVO: CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE	838
11.1. Certeza.....	838
11.2. Liquidez.....	838
11.3. Exigibilidade.....	839
12. TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	839
12.1. Letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque (art. 784, I, do CPC).....	840
12.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor (art. 784, II, do CPC)	841
12.3. Documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas (art. 784, III, do CPC).....	841
12.4. Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal (art. 784, IV, do CPC).....	842

12.5. Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução (art. 784, V, do CPC)	842
12.6. Contrato de seguro de vida em caso de morte (art. 784, VI, do CPC).....	843
12.7. Crédito decorrente de foro e laudêmio (art. 784, VII, do CPC).....	843
12.8. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio (art. 784, VIII, do CPC)	844
12.9. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei (art. 784, IX, do CPC)	844
12.10. Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas (art. 784, X, do CPC).....	845
12.11. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei (art. 784, XI, do CPC).....	845
12.12. Contrato de contragarantia ou qualquer outro instrumento que materialize o direito de ressarcimento da seguradora contra tomadores de seguro-garantia e seus garantidores (art. 784, XI-A, do CPC)	846
12.13. Todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva (art. 784, XII, do CPC).....	846
13. ASSINATURA ELETRÔNICA.....	846
14. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	849
14.1. Bens sujeitos à execução.....	849
14.1.1. Bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória (art. 790, I, do CPC).....	850
14.1.2. Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, do CPC)	850
14.1.3. Bens do devedor em poder de terceiros (art. 790, III, do CPC)	851
14.1.4. Bens do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida (art. 790, IV, do CPC)	851
14.1.5. Alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução (art. 790, V, do CPC)	852
14.1.6. Cujas alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores (art. 790, VI, do CPC)	852
14.1.7. Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica (art. 790, VII, do CPC).....	853
14.2. Bens não sujeitos à execução.....	853
14.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do CPC)	854
14.2.2. Bens móveis, pertences e as utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida (art. 833, II, do CPC).....	854

14.2.3.	Vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor (art. 833, III, do CPC)	854
14.2.4.	Vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º (art. 833, IV, do CPC)	855
14.2.5.	Livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado (art. 833, V, do CPC).....	855
14.2.6.	Seguro de vida (art. 833, VI, do CPC).....	856
14.2.7.	Materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas (art. 833, VII, do CPC)	856
14.2.8.	Pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família (art. 833, VIII, do CPC)	857
14.2.9.	Recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social (art. 833, IX, do CPC).....	858
14.2.10.	Quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos (art. 833, X, do CPC)	859
14.2.11.	Os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei (art. 833, XI, do CPC).....	859
14.2.12.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do CPC).....	860
14.2.13.	Impenhorabilidade do bem de família.....	860
15.	BENS SUBMETIDOS AO REGIME DE DIREITO REAL DE SUPERFÍCIE	862
16.	FRAUDE À EXECUÇÃO	863
16.1.	Hipóteses	863
16.1.1.	Quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver (art. 792, I, do CPC).....	864
16.1.2.	Quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828 do CPC (art. 792, II, do CPC).....	864
16.1.3.	Quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude (art. 792, III, do CPC).....	865
16.1.4.	Quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência (art. 792, IV, do CPC).....	866
16.1.5.	Demais casos expressos em lei (art. 792, V, do CPC).....	866
16.2.	Fraude à execução e ônus da prova	866
16.3.	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica	868
16.4.	Fraude à execução e bem de família.....	870
16.5.	Execução e direito de retenção	870
17.	RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EXEQUENTE	870

18. MULTAS OU INDENIZAÇÕES DECORRENTES DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ OU DA PRÁTICA DE ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA.....	871
--	-----

CAPÍTULO XXXIII – DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO 873

1. INTRODUÇÃO.....	873
2. DISPOSIÇÕES GERAIS PERTINENTES ÀS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	873
2.1. Petição inicial	873
2.2. Intimação de terceiros.....	874
2.3. Medidas urgentes	876
2.4. Averbação da pendência da execução.....	876
2.5. Obrigações alternativas.....	876
2.6. Emenda da petição inicial	877
2.7. Despacho inicial	877
2.8. Nulidade da execução.....	878
3. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA.....	878
4. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA.....	881
5. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER.....	881
5.1. Procedimento da execução de obrigação de fazer fungível.....	881
5.2. Procedimento da execução de obrigação de fazer infungível.....	883
5.3. Procedimento da execução de obrigação de não fazer	883
6. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	883
6.1. Petição inicial	884
6.2. Citação do devedor.....	884
6.3. Mandado de citação e arresto prévio (ou pré-penhora).....	885
6.4. Penhora.....	886
6.4.1. Bens não sujeitos à penhora.....	887
6.4.2. Bens penhoráveis e ordem preferencial	887
6.4.2.1. Dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira (art. 835, I, do CPC).....	888
6.4.2.2. Títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado (art. 835, II, do CPC).....	888
6.4.2.3. Títulos e valores mobiliários com cotação em mercado (art. 835, III, do CPC).....	889
6.4.2.4. Veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves (art. 835, IV, V, VI, VII e VIII, do CPC).....	889
6.4.2.5. Ações e quotas de sociedades simples e empresárias (art. 835, IX, do CPC)	889
6.4.2.6. Percentual do faturamento de empresa devedora (art. 835, X, do CPC)	890
6.4.2.7. Pedras e metais preciosos (art. 835, XI, do CPC).....	890

6.4.2.8.	Direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia (art. 835, XII, do CPC).....	890
6.4.2.9.	Outros direitos (art. 835, XIII, do CPC)	891
7.	FORMALIZAÇÃO DA PENHORA: BENS IMÓVEIS E MÓVEIS EM GERAL	891
7.1.	Auto ou termo de penhora.....	891
7.2.	Formalização da penhora de bens imóveis e veículos automotores.....	891
7.3.	Resistência do executado e ordem de arrombamento	892
7.4.	Depósito	892
7.5.	Intimações.....	893
8.	FORMALIZAÇÃO DA PENHORA: ESPECIFICIDADES	895
8.1.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	895
8.2.	Penhora de créditos.....	896
8.3.	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas	897
8.4.	Penhora de empresa, outros estabelecimentos e semoventes.....	898
8.5.	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	899
8.6.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	900
9.	MODIFICAÇÕES DA PENHORA.....	901
9.1.	Substituição da penhora.....	901
9.2.	Redução ou ampliação da penhora	902
9.3.	Renovação da penhora.....	902
9.4.	Alienação antecipada de bens penhorados.....	903
10.	AVALIAÇÃO	903
11.	EXPROPRIAÇÃO	904
11.1.	Adjudicação.....	904
11.1.1.	Remição	906
11.2.	Alienação.....	906
11.2.1.	Alienação por iniciativa particular	907
11.2.2.	Alienação em leilão judicial.....	907
11.2.2.1.	Características do leilão judicial	907
11.2.2.2.	Leiloeiro.....	908
11.2.2.3.	Edital do leilão.....	908
11.2.2.4.	Intimações.....	909
11.2.2.5.	Não realização do leilão	909
11.2.2.6.	Arrematação	910
11.2.2.7.	Pagamento	910
11.2.2.8.	Suspensão da arrematação e do leilão.....	912
11.2.2.9.	Auto de arrematação.....	912
11.2.3.	Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação	913
11.2.4.	Ação anulatória autônoma.....	914
11.2.5.	Desistência da arrematação.....	914

11.2.6. Ato atentatório à dignidade da justiça.....	914
11.3. Pagamento ao credor.....	915
12. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	916
12.1. Introdução.....	916
12.2. Procedimento.....	916
13. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	916
14. EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	918
14.1. Introdução.....	918
14.2. Natureza jurídica dos embargos à execução.....	918
14.3. Embargos à execução e impugnação ao cumprimento de sentença.....	918
14.4. Competência.....	919
14.5. Prazo.....	919
14.6. Parcelamento.....	920
14.7. Objeto dos embargos.....	921
14.7.1. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 917, I, do CPC).....	921
14.7.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 917, II, do CPC).....	921
14.7.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 917, III, do CPC).....	922
14.7.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa (art. 917, IV, do CPC).....	923
14.7.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (art. 917, V, do CPC).....	924
14.7.6. Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento (art. 917, VI, do CPC).....	924
14.8. Natureza das matérias discutidas nos embargos.....	924
14.9. Alegação de suspeição ou impedimento do juiz.....	925
14.10. Procedimento dos embargos à execução.....	925
14.11. Efeito suspensivo.....	926
15. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	927
16. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	928
16.1. Suspensão da execução.....	928
16.1.1. Prescrição intercorrente.....	929
16.2. Extinção da execução.....	931
CAPÍTULO XXXIV – PRECEDENTES JUDICIAIS.....	933
1. APROXIMAÇÃO ENTRE CIVIL LAW E COMMON LAW: TRADIÇÕES E SISTEMAS JURÍDICOS.....	933
2. REGRA DO STARE DECISIS.....	935
3. PRECEDENTES JUDICIAIS.....	935

3.1. Conceito	935
3.2. Aplicação, distinção e superação do precedente	936
3.3. Eficácia jurídica do precedente.....	939
4. SISTEMA DE PRECEDENTES NO CPC	939
5. MICROSSISTEMA DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS.....	943

CAPÍTULO XXXV – ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS..... 945

1. INTRODUÇÃO	945
2. REGISTRO, DISTRIBUIÇÃO E PREVENÇÃO	945
3. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR.....	946
4. JULGAMENTO	948
4.1. Designação de data para julgamento.....	948
4.2. Ordem de julgamento.....	948
4.3. Sustentação oral	948
4.4. Questões e providências preliminares.....	949
4.5. Vista dos autos.....	950
4.6. Votos e resultado do julgamento.....	950
4.7. Técnica de ampliação do colegiado	951
4.7.1. Ampliação do colegiado na ação rescisória e no agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito	952
4.7.2. Ampliação do colegiado no mandado de segurança.....	953
4.7.3. Ampliação do colegiado e embargos de declaração	954
4.7.4. Direito intertemporal.....	954
4.7.5. Não aplicação da técnica de ampliação do colegiado	955
4.8. Acórdão e publicação.....	955
4.9. Agravo de instrumento e apelação: ordem de julgamento.....	955

CAPÍTULO XXXVI – TEORIA GERAL DOS RECURSOS 957

1. INTRODUÇÃO	957
2. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	957
2.1. Quanto à finalidade.....	957
2.2. Quanto ao órgão jurisdicional competente para o julgamento.....	958
2.3. Quanto à extensão da questão impugnada.....	958
2.4. Quanto à fundamentação da impugnação.....	959
3. PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	959
3.1. Princípio das decisões juridicamente relevantes.....	959
3.2. Princípio da taxatividade.....	960
3.3. Princípio da singularidade (unicidade ou unirrecorribilidade).....	960

3.4.	Princípio da fungibilidade.....	960
3.5.	Princípio da proibição de <i>reformatio in pejus</i>	961
3.6.	Princípio da dialeticidade (ou diálogo)	962
4.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	962
4.1.	Requisitos de admissibilidade intrínsecos.....	963
4.1.1.	Cabimento.....	963
4.1.2.	Legitimidade.....	963
4.1.3.	Interesse recursal	964
4.1.4.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....	965
4.1.4.1.	Desistência do recurso.....	965
4.1.4.2.	Renúncia.....	966
4.1.4.3.	Aceitação	966
4.2.	Requisitos de admissibilidade extrínsecos.....	967
4.2.1.	Tempestividade.....	967
4.2.2.	Regularidade formal.....	968
4.2.3.	Preparo	969
5.	MÉRITO DO RECURSO.....	971
6.	EFEITOS DOS RECURSOS.....	971
6.1.	Efeito obstativo (ou impeditivo do trânsito em julgado).....	971
6.2.	Efeito devolutivo	971
6.2.1.	Efeito devolutivo horizontal (ou em extensão).....	972
6.2.2.	Efeito devolutivo vertical (ou em profundidade).....	972
6.3.	Efeito suspensivo	973
6.4.	Efeito regressivo (modificativo ou de retratação).....	974
6.5.	Efeito translativo.....	974
6.6.	Efeito expansivo.....	975
6.7.	Efeito substitutivo	976
7.	RECURSO ADESIVO.....	976
7.1.	Conceito	976
7.2.	Cabimento.....	977
7.3.	Endereçamento e prazo.....	978
7.4.	Legitimidade.....	978
7.5.	Interesse recursal	978
7.6.	Conteúdo do recurso adesivo.....	979
7.7.	Recurso adesivo cruzado (ou condicionado).....	979

CAPÍTULO XXXVII – RECURSOS EM ESPÉCIE..... 981

1.	APELAÇÃO.....	981
----	---------------	-----

1.1.	Conceito e cabimento.....	981
1.2.	Apelação contra decisão interlocutória?.....	981
1.3.	Requisitos de admissibilidade	982
1.4.	Efeitos.....	983
1.4.1.	Efeito devolutivo.....	983
1.4.2.	Efeito suspensivo.....	983
1.4.3.	Efeito regressivo (modificativo ou de retratação).....	985
1.4.4.	Demais efeitos.....	985
1.5.	Inovação recursal relativa a matéria de fato	985
1.6.	Processamento da apelação	986
1.7.	Teoria da causa madura.....	987
2.	AGRAVO DE INSTRUMENTO	989
2.1.	Conceito	989
2.2.	Decisões não agraváveis.....	990
2.3.	Decisões agraváveis.....	990
2.3.1.	Rol do art. 1.015 do CPC.....	991
2.3.1.1.	Tutelas provisórias (art. 1.015, I, do CPC).....	991
2.3.1.2.	Mérito do processo (art. 1.015, II, do CPC).....	992
2.3.1.3.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem (art. 1.015, III, do CPC).....	992
2.3.1.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 1.015, IV, do CPC)	994
2.3.1.5.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação (art. 1.015, V, do CPC)	995
2.3.1.6.	Exibição ou posse de documento ou coisa (art. 1.015, VI, do CPC).....	995
2.3.1.7.	Exclusão de litisconsorte (art. 1.015, VII, do CPC).....	996
2.3.1.8.	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio (art. 1.015, VIII, do CPC).....	997
2.3.1.9.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros (art. 1.015, IX, do CPC)	997
2.3.1.10.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução (art. 1.015, X, do CPC)	998
2.3.1.11.	Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º, do CPC (art. 1.015, XI, do CPC).....	999
2.3.1.12.	Outros casos expressamente referidos em lei (art. 1.015, XIII, do CPC).....	999
2.3.1.13.	Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário (art. 1.015, parágrafo único, do CPC)	1000
2.4.	Decisões agraváveis à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça.....	1001

2.5.	Requisitos de admissibilidade	1002
2.6.	Modos de interposição do agravo de instrumento.....	1003
2.7.	Efeitos.....	1003
2.7.1.	Efeito devolutivo.....	1003
2.7.2.	Efeito suspensivo.....	1004
2.7.3.	Efeito regressivo (modificativo ou de retratação)	1004
2.7.4.	Demais efeitos.....	1005
2.8.	Processamento do agravo de instrumento.....	1005
2.9.	Prolação de sentença quando pendente o julgamento de agravo de instrumento	1007
3.	AGRAVO INTERNO.....	1008
3.1.	Cabimento	1008
3.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1009
3.3.	Efeitos	1009
3.4.	Procedimento.....	1009
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1010
4.1.	Conceito e cabimento.....	1010
4.1.1.	Obscuridade.....	1010
4.1.2.	Contradição.....	1011
4.1.3.	Omissão.....	1011
4.1.4.	Erro material.....	1012
4.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1012
4.3.	Efeitos.....	1013
4.3.1.	Efeitos genéricos.....	1013
4.3.2.	Efeitos específicos.....	1013
4.3.2.1.	Embargos de declaração e efeito suspensivo.....	1013
4.3.2.2.	Efeito integrativo.....	1014
4.3.2.3.	Efeito interruptivo do prazo recursal.....	1014
4.3.2.4.	Efeitos infringentes	1016
4.4.	Processamento.....	1016
4.5.	Fungibilidade	1017
4.6.	Complementariedade do recurso já interposto	1017
4.7.	Embargos de declaração protelatórios	1018
4.8.	Embargos de declaração e prequestionamento.....	1019
5.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	1019
5.1.	Conceito e cabimento.....	1019
5.1.1.	Recurso ordinário constitucional para o Supremo Tribunal Federal.....	1019
5.1.2.	Recurso ordinário constitucional para o Superior Tribunal de Justiça.....	1020
5.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1021

5.3.	Efeitos.....	1021
5.4.	Processamento.....	1022
6.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....	1022
6.1.	Introdução.....	1022
6.2.	Requisitos de admissibilidade específicos.....	1023
6.2.1.	Prévio esgotamento das instâncias ordinárias.....	1023
6.2.2.	Prequestionamento.....	1025
6.2.2.1.	Prequestionamento e voto vencido.....	1026
6.2.2.2.	Prequestionamento e fundamentos do recurso recorrido.....	1027
6.2.3.	Regularidade formal.....	1027
6.2.3.1.	Regularidade formal e primazia do julgamento do mérito.....	1028
6.2.4.	Repercussão geral no recurso extraordinário.....	1029
6.2.4.1.	Introdução.....	1029
6.2.4.2.	Procedimento e julgamento acerca da existência ou não de repercussão geral.....	1030
6.2.5.	Relevância da questão federal no recurso especial.....	1032
6.3.	Efeitos.....	1033
6.4.	Processamento dos recursos extraordinário e especial no órgão <i>a quo</i>	1034
6.5.	Tese da dupla fundamentação suficiente (ou substitutividade compartilhada)....	1036
6.6.	Recurso extraordinário prejudicial em relação ao recurso especial.....	1038
6.7.	Fungibilidade dos recursos especial e extraordinário.....	1038
6.8.	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	1039
6.8.1.	Quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (art. 105, III, “a”, da CF).....	1039
6.8.2.	Quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal (art. 105, III, “b”, da CF).....	1041
6.8.3.	Quando a decisão recorrida der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (art. 105, III, “c”, da CF).....	1041
6.9.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	1042
6.9.1.	Quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal (art. 102, III, “a”, da CF).....	1043
6.9.2.	Quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (art. 102, III, “b”, da CF).....	1044
6.9.3.	Quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição (art. 102, III, “c”, da CF).....	1045
6.9.4.	Quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal (art. 102, III, “d”, da CF).....	1045
6.10.	Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	1046
6.10.1.	Seleção de recursos representativos da controvérsia.....	1047
6.10.2.	Afetação.....	1048
6.10.3.	Instrução da controvérsia.....	1049

6.10.4. Julgamento da questão repetitiva.....	1050
7. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL OU EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1052
7.1. Cabimento.....	1052
7.2. Requisitos de admissibilidade.....	1054
7.3. Efeitos.....	1054
7.4. Processamento.....	1054
7.5. Interposição conjunta de recurso extraordinário e especial.....	1055
8. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	1056
8.1. Cabimento.....	1056
8.2. Processamento.....	1057
8.2.1. Processamento no Superior Tribunal de Justiça.....	1057
8.2.2. Processamento no Supremo Tribunal Federal.....	1058

CAPÍTULO XXXVIII - INCIDENTES DE COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL.....1059

1. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1059
1.1. Cabimento.....	1059
1.2. Requisitos de admissibilidade.....	1059
1.2.1. Duplo juízo de admissibilidade	1061
1.3. Competência.....	1061
1.4. Legitimidade.....	1062
1.5. Procedimento.....	1062
1.6. Recursos.....	1063
2. INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	1063
2.1. A fiscalização concreta da constitucionalidade das normas (controle difuso).....	1063
2.2. O incidente de arguição de inconstitucionalidade no CPC.....	1065
2.2.1. Arguição e instauração do incidente.....	1065
2.2.2. Julgamento.....	1066
2.2.3. Recurso.....	1067
3. CONFLITO DE COMPETÊNCIA	1068
3.1. Conceito e generalidades	1068
3.2. Legitimidade e participação do Ministério Público.....	1069
3.3. Procedimento.....	1069
4. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1070
4.1. Introdução	1070
4.2. Requisitos de admissibilidade.....	1071
4.3. Competência.....	1073
4.4. Legitimidade.....	1074
4.5. Procedimento.....	1075
4.5.1. Instauração.....	1075

4.5.2.	Providências iniciais do relator.....	1075
4.5.3.	Suspensão dos processos.....	1076
4.5.4.	Instrução.....	1078
4.5.5.	Julgamento.....	1079
4.5.6.	Recurso.....	1080
4.5.7.	Revisão da tese jurídica.....	1080

CAPÍTULO XXXIX - AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL1081

1.	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	1081
1.1.	Introdução.....	1081
1.2.	Objeto da homologação.....	1081
1.3.	Execução de decisão estrangeira concessiva de medida de urgência.....	1083
1.4.	Requisitos.....	1083
1.4.1.	A decisão deve ter sido proferida por autoridade competente.....	1083
1.4.2.	A decisão deve ter sido precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia.....	1083
1.4.3.	A decisão deve ser eficaz no país em que foi proferida.....	1084
1.4.4.	A decisão não pode ofender a coisa julgada brasileira.....	1084
1.4.5.	A decisão deve estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a dispense prevista em tratado.....	1084
1.4.6.	A decisão não pode conter manifesta ofensa à ordem pública.....	1085
1.5.	Procedimento.....	1085
1.5.1.	Homologação de decisão estrangeira.....	1085
1.5.2.	Concessão de <i>exequatur</i> a cartas rogatórias.....	1086
2.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	1087
2.1.	Conceito.....	1087
2.2.	Objeto da ação rescisória: decisão rescindível.....	1088
2.2.1.	Decisão de mérito.....	1088
2.2.2.	Decisão sobre questão prejudicial.....	1089
2.2.3.	Decisão que não resolve o mérito.....	1089
2.3.	Ação rescisória e ação anulatória.....	1090
2.4.	Ação rescisória contra decisão proferida em ação rescisória.....	1091
2.5.	Hipóteses de cabimento.....	1092
2.5.1.	Decisão proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I, do CPC).....	1092
2.5.2.	Decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente (art. 966, II, do CPC).....	1093
2.5.3.	Decisão que resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei (art. 966, III, do CPC).....	1093

2.5.4.	Decisão que ofender a coisa julgada (art. 966, IV, do CPC).....	1094
2.5.5.	Decisão que viola manifestamente norma jurídica (art. 966, V, do CPC)	1095
2.5.6.	Decisão fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória (art. 966, VI, do CPC).....	1098
2.5.7.	Autor obtém, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável (art. 966, VII, do CPC).....	1098
2.5.8.	Decisão fundada em erro de fato verificável do exame dos autos	1099
2.6.	Legitimidade.....	1099
2.6.1.	Legitimidade ativa.....	1099
2.6.2.	Legitimidade passiva	1101
2.7.	Competência.....	1101
2.8.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória.....	1102
2.8.1.	Ação rescisória e coisa julgada progressiva.....	1103
2.9.	Objeto da ação rescisória: <i>iudicium rescindens</i> e <i>iudicium rescissorium</i>	1104
2.10.	Procedimento.....	1105
2.10.1.	Petição inicial.....	1105
2.10.2.	Providências iniciais do relator.....	1106
2.10.3.	Procedimento comum.....	1108
3.	RECLAMAÇÃO.....	1110
3.1.	Introdução	1110
3.2.	Hipóteses de cabimento e procedimento.....	1110
3.2.1.	Preservar a competência do tribunal (art. 988, I, do CPC)	1111
3.2.2.	Garantir a autoridade das decisões do tribunal (art. 988, II, do CPC).....	1111
3.2.3.	Garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (art. 988, III, do CPC)	1112
3.2.4.	Garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência (art. 988, IV, do CPC).....	1115
3.3.	Limite temporal: trânsito em julgado.....	1117
3.4.	Legitimidade.....	1117
3.5.	Procedimento.....	1118

CAPÍTULO XL – PROCESSO ESTRUTURAL.....1119

1.	INTRODUÇÃO.....	1119
2.	ANTECEDENTE HISTÓRICO: <i>BROWN V. BOARD OF EDUCATION</i>	1119
3.	CONCEITO DE LITÍGIO ESTRUTURAL (<i>STRUCTURAL LITIGATION</i>).....	1121
4.	PROCESSO ESTRUTURAL.....	1121

4.1. Processo estrutural e a necessidade de um procedimento adequado	1121
4.2. Fortalecimento do poder-dever de gestão do processo do juiz	1122
4.3. Flexibilização dos princípios da demanda e da congruência.....	1123
4.4. Necessidade de participação adequada no processo estrutural	1123
4.5. Saneamento participativo do processo estrutural.....	1126
4.6. A construção adequada da decisão estrutural.....	1126
4.7. Decisão estrutural (decisão com múltiplo conteúdo).....	1127
5. CONCLUSÃO.....	1128

BIBLIOGRAFIA.....	1129
--------------------------	-------------